

ANÁLISE MULTISSISTÊMICA FUNCIONALISTA-COGNITIVISTA DA CONSTRUÇÃO LINGUÍSTICA “LIVRE PARA TODOS PÚBLICOS”

FUNCTIONALIST-COGNITIVE MULTISYSTEMIC ANALYSIS OF THE LINGUISTIC CONSTRUCTION “FREE FOR ALL AUDIENCES”

Joselias da Costa Matos

Mestre em Letras pela (UEMASUL)
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5252764722208590>
E-mail: joselias.matos@uemasul.edu.br

Silvânia Aparecida Alvarenga Nascimento

Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2327193600293113>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9532-5689>
E-mail: aparesilvania5@gmail.com

Larissa de Farias Silveira

Mestra em Letras pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4688189662914525>
E-mail: larissa.silveira@uemasul.edu.br

Maria Célia Dias de Castro

Pós-Doutora em Ecolinguística pela (UnB). Pós-Doutora em Estudos do Léxico e Toponímia pela (UFMS)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8514345844317957>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3346-5990>
E-mail: maria.castro@uemasul.edu.br

Resumo: Este trabalho objetiva investigar se há incorreção gramatical e/ou mudança de sentido em função da ausência do artigo *os* na sentença *Livre para todos públicos*, veiculada recentemente em rede nacional, em um canal de televisão aberta. As análises consideraram as propriedades sintáticas e semânticas de cada um dos especificadores envolvidos, à luz da teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista. As discussões estão embasadas em: Neves (2012), Braga et al. (2015), Castilho (2015), Bechara (2015), Castilho (2016) e Perini (2016). Os resultados apontam para a construção de uma estrutura sintaticamente adequada e semanticamente compreensível, ainda que não seja a mais usada pelos falantes do português brasileiro.

Palavras-chave: Sintaxe. Semântica. Quantificador indefinido. Artigo definido.

Abstract: This paper aims to investigate whether there is grammatical incorrectness and/or change in meaning due to the absence of the article in the expression *Free for all public*, recently broadcasted on national television. The analyses considered the syntactic and semantic properties of each of the specifiers involved, in the light of the multisystemic functionalist-cognitivist theory. The discussions are grounded in: Neves (2012), Braga et al. (2015), Castilho (2015), Bechara (2015), Castilho (2016) and Perini (2016). The results point to the construction of a syntactically adequate and semantically understandable structure, even if it is not the most used by Brazilian Portuguese speakers.

Keywords: Syntax. Semantics. Indefinite quantifier. Definite article.

Introdução

A inserção de tarjas com informações sobre a classificação indicativa nos programas de televisão é uma prática consolidada no Brasil desde 2007, fundamentada na Constituição Federal Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente e em portarias do Ministério da Justiça. Essa política regulatória visa alertar os pais e/ou responsáveis sobre o conteúdo exibido na programação televisiva, contribuindo com a proteção de crianças e adolescentes contra certos tipos de programas que não são recomendados para esse público. Ademais, a classificação indicativa atua como um importante dispositivo de responsabilidade social e educacional, permitindo que o público escolha o que consumir com base na faixa etária recomendada.

Diante disso, este trabalho objetiva investigar se há incorreção gramatical e/ou mudança de sentido em função da ausência do artigo *os* na sentença *Livre para todos públicos*, veiculada recentemente em rede nacional, em um canal de televisão aberta. A justificativa para essa análise reside na necessidade de verificar se essa sentença amplamente utilizada no cotidiano dos brasileiros e usada para auxiliar os pais e responsáveis na seleção da programação apropriada para crianças e adolescentes está adequada. A omissão do artigo definido *os*, comumente utilizado na construção linguística *Livre para todos os públicos*, levanta questões a respeito da adequação gramatical e clareza da mensagem transmitida. Por tratar-se de um veículo de comunicação de massa, é fundamental que os recursos grafocêntricos, semióticos e sonoros utilizados nas classificações indicativas sejam objetivos para impedir mal-entendidos. Caso contrário, o propósito de evitar a exposição de conteúdos prejudiciais à formação dos jovens e das crianças não será alcançado.

Para a realização deste trabalho, formularam-se os seguintes questionamentos: (i) A ausência do artigo após o quantificador é justificável em termos sintáticos? (ii) A exclusão do artigo em sua estrutura provoca mudança de sentido? A partir dessas perguntas, analisou-se a função sintática dos especificadores artigo definido *os* (ausente) e quantificador indefinido *todos* e a interpretação semântica resultante da exclusão do artigo na construção sintagmática.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e bibliográfica, considerando a teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista e os postulados de autores como Neves (2012), Braga et al. (2015), Castilho (2015), Bechara (2015), Castilho (2016), Perini (2016), entre outros. As informações que fomentam a discussão dos resultados foram coletadas, principalmente, no predito da *Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. IV (Introdução, os especificadores Parte I e Parte III), procedendo-se, ainda, de forma consultiva e não orientadora, a outras gramáticas do português brasileiro.

O artigo está estruturado em quatro seções, a saber: a primeira apresenta a base teórica que norteia os estudos, abordando a concepção de gramática utilizada, a linha de análise gramatical seguida pelos principais autores referenciados e a abordagem multissistêmica de classificação de palavras adotada, bem como a interface aplicada às análises. Na segunda seção, é realizada a análise e a discussão dos dados. A terceira seção apresenta as considerações finais sobre os resultados da investigação e, por fim, as referências.

Os procedimentos de análise e interpretação foram conduzidos pelas seguintes etapas: inicialmente, buscou-se identificar a propriedade semântica do quantificador em relação ao substantivo a que se refere no sintagma nominal da expressão, a partir da significação atribuída à classe dos especificadores. Em seguida, considerando sua posição na estrutura sintagmática, procurou-se identificar a propriedade sintática do quantificador, mais especificamente a função sintagmática no sintagma nominal da construção linguística em análise. Na etapa subsequente, foi explorada a propriedade sintática de combinatória entre os especificadores do núcleo sintagmático, passando a considerar a relação sintática e semântica existente entre o quantificador e o artigo.

Logo após, apresentou-se uma descrição gramatical concisa do artigo, analisando os princípios de três teóricos acerca dos usos conjuntivos dos dois especificadores no sintagma nominal. Depois, foram confrontados os três primeiros postulados com outros três de autores diferentes para, de forma conclusiva, responder ao questionamento (i); e por fim, contrastar as propriedades semânticas características de cada um dos especificadores envolvidos, esclarecendo a pergunta (ii).

Concepção de gramática

Existem diferentes tipos de gramáticas elaboradas para cumprir funções distintas, como comparar, descrever, analisar, investigar e normatizar a língua, sendo classificadas em: gramática descritiva, gramática histórica, gramática prescritiva e gramática funcionalista-cognitivista. Segundo Neves (2006, p. 11), a gramática “organiza as relações, constrói as significações e define os efeitos pragmáticos [...]”. Para a autora, a gramática é como um sistema dinâmico que ultrapassa a mera descrição de regras formais da língua, desempenhando a função de organizar as relações entre os elementos linguísticos, como as palavras e frases, ajudando a dar coerência e estrutura ao texto (Neves, 2006).

Além disso, a gramática atua diretamente na construção dos significados, ou seja, no processo de dar sentido ao que é dito ou escrito, garantindo que a mensagem seja compreendida. Também desempenha um papel importante na produção dos efeitos pragmáticos que estão relacionados ao impacto que o texto exerce sobre o leitor ou ouvinte. Esses efeitos estão ligados à forma como o texto é estruturado e interpretado dentro de um contexto social e comunicativo específico.

Na perspectiva de Faraco (2008, p. 159), “o estudo de conteúdos gramaticais faz sentido quando feito de forma contextualizada e funcional [e] deve ser feito de modo a destacar a flexibilidade estrutural da língua [...]”. O autor defende que estudar gramática só faz sentido se considerarmos como ela funciona dentro de contextos reais de uso da língua. Isso significa que, em vez de ensinar regras isoladas, devemos relacionar os conteúdos gramaticais com situações práticas, como uma conversa, um texto ou uma mensagem cotidiana. Desse modo, a gramática não é apenas um conjunto de normas, mas uma ferramenta que reflete e se adapta às necessidades comunicativas das pessoas (Faraco, 2008).

O estudioso ressalta que a língua não é rígida; ela varia dependendo de quem fala, do que se fala e do contexto em que isso acontece. Por exemplo, a forma de se redigir um e-mail formal é diferente daquela que se usa ao escrever para um amigo. Essa flexibilidade precisa ser reconhecida e explorada no estudo da gramática. Ao considerar tais preceitos de relação, significação e uso, além da funcionalidade e estrutura da língua, a abordagem torna-se descritiva (Faraco, 2008).

Conforme explica Câmara Jr. (1999), a gramática descritiva ou sincrônica é definida como:

[...] o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona, num dado momento [...], como meio de comunicação entre seus falantes, e na análise da estrutura, ou configuração formal, que nesse momento a caracteriza. Quando se emprega a expressão gramática descritiva, ou sincrônica, sem outro qualificativo a mais, se entende tal estudo e análise como referente ao momento atual, ou presente, em que é feita a gramática (Câmara Jr., 1999, p. 10).

A preocupação do linguista, nesse tipo de gramática, é observar o funcionamento da língua em condições reais de uso, considerando como relevantes todos os dados linguísticos orais e escritos (Câmara Jr., 1999). A partir dessa concepção, uma variedade da língua tem sido alvo de diversas pesquisas no Brasil, a norma culta falada, aquela “que os letrados usam em sua fala monitorada” (Faraco, 2008, p. 150). O autor salienta que:

A norma culta [...] é grandemente flexível, fornecendo aos falantes inúmeras formas lexicais e gramaticais alternativas. Tendo isso claro, os falantes poderão pensar e praticar a gramática culta como uma gramática entre outras e bastante flexível, o que lhes permitirá ser parte ativa do funcionamento da língua [...] (Faraco, 2008, p. 155).

Essa percepção funcionalista da questão gramatical é a que direciona este estudo e está alinhada à concepção de gramática adotada neste artigo. A seguir, será apresentada a linha funcionalista de análise gramatical.

A linha funcionalista de análise gramatical

A corrente linguística do funcionalismo na linha de análise gramatical apresenta, em sua base, o desenvolvimento da teoria da gramática funcional, proposta pelo francês André Martinet, pelo linguista holandês Simon Cornelis Dik, o britânico e australiano Michael K. Halliday e outros autores que contribuíram na constituição do pensamento funcionalista no Brasil. Neves (2018, p. 39) ressalta tratar-se de “uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria ampla da interação verbal”. Essa interação é, portanto, um dos principais temas de discussão na teoria funcionalista da linguagem, em que estão imbricadas sintaxe, semântica e pragmática.

Entre os estudos nessa linha teórica, no Brasil, destaca-se a Norma Urbana Culta (NURC), projeto coletivo de investigação da norma linguística urbana culta do português brasileiro, realizada nas capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Porto Alegre). O NURC teve seu início em 1969, com a utilização de dados coletados de informantes com educação superior completa. O propósito era catalogar a língua falada dessas regiões, observando a variabilidade linguística dos falantes cultos do país. Em Recife, o projeto foi coordenado pelo professor José Brasileiro Villanova; em Salvador, pelo professor Nelson Rossi; no Rio de Janeiro, pelo professor Celso Cunha. No estado de São Paulo, o NURC foi coordenado por dois professores, Isaac Nicolau Salum e Ataliba Teixeira de Castilho; e, em Porto Alegre, pelo professor Albino de Bem Veiga (Silva, 1996).

As capitais que foram selecionadas precisavam atender determinados critérios, como possuir, no mínimo, um milhão de habitantes e ter estratificação social suficiente (Silva, 1996). O projeto dividiu-se em três fases, compostas por gravações, transcrições e análise do *corpus* de descrição da norma culta urbana falada. A base de dados dos materiais coletados no NURC possibilitou muitos outros projetos, como o da gramática do português brasileiro, iniciado em 1987 e coordenados por grupos de pesquisa de doze universidades federais. O professor João Antônio de Moraes e, posteriormente, Maria Bernadete Marques Abaurre coordenaram a Fonética e a Fonologia. Para a Morfologia Derivacional e Flexional, foram responsáveis Margarida Basílio e Ângela Cecília de Souza Rodrigues, respectivamente (Castilho, 2007).

A respeito da Sintaxe das Classes de Palavras, foram responsáveis Rodolfo Ilari e, posteriormente, Maria Helena de Moura Neves; e, para a Sintaxe das Relações Gramaticais, Fernando Tarallo e, posteriormente, Mary Aizawa Kato. Quanto à organização Textual-Interativa, foram responsáveis Ingedore Grunfeld Villaça Koch e, posteriormente, Clélia C. Spinardi Jubran (Castilho, 2007).

Como resultado, os estudos descritivos desse projeto foram organizados em oito volumes que consolidaram-se na publicação da *Gramática do português culto falado no Brasil*. Com isso, os trabalhos realizados por linguistas, pesquisadores, professores e estudiosos do português brasileiro nas últimas décadas, sob a perspectiva funcional, contribuíram para o surgimento de uma teoria modular da linguagem proposta pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho.

Outros projetos foram impulsionados pelo NURC, como o Projeto de Aquisição da Linguagem, Projeto Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARSUL), Programa de História do Português (PROHPOR), Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), entre outros (Castilho, 2021). O acervo do NURC tem sido utilizado para a elaboração de trabalhos acadêmicos, desenvolvimento de dicionários e gramáticas, entre outras aplicações. Desde 2012, foi desenvolvido o NURC Digital, com o acervo do projeto em formato eletrônico, viabilizando o acesso principalmente da comunidade científica, que passou a ter os dados disponíveis para consulta otimizada.

A seguir, será apresentado os sistemas linguísticos propostos pela teoria multissistêmica funcionalista-cognitivistica – termo definido pelo próprio teórico, alguns dos postulados que a configuram e, também, sua relação com as classes de palavras gramaticais.

A abordagem multissistêmica

A teoria multissistêmica, proposta por Castilho (2016), está baseada no princípio de que

existem quatro formas de estruturação encontradas em todo e qualquer enunciado linguístico: lexical, sintática, semântica e discursiva. Embora essas quatro formas estruturantes apareçam de maneira simultânea, elas não estão hierarquizadas entre si e não são estanques nem lineares, indicando que a regra que se estabelece entre elas é a interação a partir de uma articulação sociocognitiva. Destaca-se, então, duas importantes premissas para a definição da teoria estabelecidas pelo teórico.

A primeira premissa é a de que “as estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática” (Castilho, 2016, p. 69). Nela, o teórico postula a língua como um sistema ao mesmo tempo complexo e dinâmico e, ainda, como um conjunto articulado de processos e produtos, nos quais:

(1) Do ângulo dos processos, as línguas serão definíveis como um conjunto de atividades mentais, pré-verbais, organizáveis num multissistema operacional. [...]

(2) Do ângulo dos produtos, as línguas serão apresentadas como um conjunto de categorias igualmente organizadas num multissistema (Castilho, 2016, p. 77, grifos do autor).

Assim, os processos atuam de forma simultânea, dinâmica e multilinear, articulando-se nos domínios da lexicalização, discursivização, semanticização e gramaticalização. Esses processos geram os produtos que organizam as línguas e que correspondem a categorias reunidas em quatro sistemas autônomos correspondentes aos quatro domínios, ou seja, o léxico, o discurso, a semântica e a gramática (Castilho, 2016).

A segunda premissa é a de que “a articulação dos processos e dos produtos linguísticos captados pelos sistemas do léxico, do discurso, da semântica e da gramática se dá ao abrigo do que venho chamando de ‘dispositivo sociocognitivo’” (Castilho, 2016, p. 78). Esse dispositivo pode ser explicado a partir de alguns princípios fundamentados em categorias cognitivas como pessoa, espaço, tempo, objeto, visão, movimento e evento. E, por ser a conversação a atividade linguística básica, esses mesmos princípios também são considerados sociais porque estão “baseados na análise continuada das situações que ocorrem numa conversa” (Castilho, 2016, p. 79).

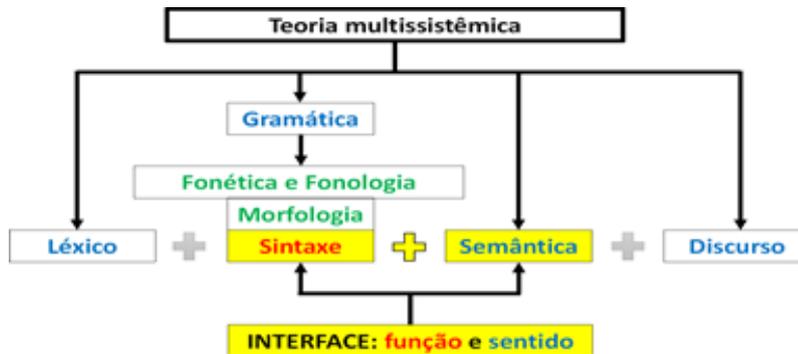
Assim, ao produzir seus enunciados, o falante observa que os quatro sistemas linguísticos são dirigidos por esse princípio sociocognitivo, o qual garante a integração das propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais numa mesma construção. Na próxima seção, expõe-se a interface selecionada para a análise do texto objeto desta pesquisa.

A interface de análise sintática-semântica

Cada sistema linguístico opera de forma independente, mas, ao mesmo tempo, interage com outros para formar um conjunto coeso e funcional, pois a partir dos postulados da teoria multissistêmica, podemos depreender que, entre os referidos sistemas linguísticos não há regras de dependência. E, com isso, as interfaces se tornam possíveis, dentre elas a combinatória gramática-semântica. Dada a especificidade da gramática como sistema linguístico que possui estruturas cristalizadas, ela se organiza em três subsistemas: fonética e fonologia, morfologia e sintaxe. Esses subsistemas se dividem em dois grupos quanto ao tratamento da linguagem: os dois primeiros correspondem à posição de cunho formalista e a sintaxe à posição funcionalista.

Assim, por tratar das estruturas sintagmáticas e funcionais da sentença, a sintaxe é o subsistema, dentro do sistema da gramática, que corresponde ao nível de análise proposto pela teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista. Portanto, a interface que nos interessa pode ser delimitada como sintaxe-semântica, conforme representada no diagrama expresso na Figura 1:

Figura 1. Interface de análise sintática-semântica



Fonte: Elaborado pelos autores.

No diagrama apresentado na Figura 1, são representados, os quatro sistemas linguísticos na cor azul que, somados, constituem a teoria multissistêmica. Os subsistemas da gramática estão destacados em duas cores distintas: a cor verde para aqueles que correspondem à linha de análise formalista e a cor vermelha para sintaxe, subsistema correspondente à linha funcionalista. Em amarelo, realçou-se os componentes da interface proposta.

Essa interface propõe, então, uma análise com base nas considerações sobre a função e o sentido das palavras na estrutura linguística, bem como de sua relação intrínseca. Essa relação entre função e sentido remete, inclusive, à questão da classificação das palavras da língua.

As palavras de classe fechada

Para compreender o funcionamento da língua, é essencial analisar como as palavras se organizam em diferentes classes e o papel que desempenham na estruturação linguística. Cada palavra tem comportamentos específicos que determinam quais sequências são aceitas ou rejeitadas em uma língua. A classificação das palavras, portanto, é um ponto de partida indispensável para qualquer estudo aprofundado sobre o idioma. Segundo Perini (2016, p. 53), “as classes de palavras constituem uma boa parte da estrutura de uma língua”. Assim, os princípios de aceitabilidade de uma sequência linguística e de inaceitabilidade de outra só são possíveis devido ao fato de que as palavras não se comportam todas do mesmo modo nem pertencem todas à mesma classe.

Dessa forma, na tradição linguística, há uma classificação das palavras em abertas e fechadas, com base no aparecimento e na inclusão de novos itens na história da língua. As classes abertas são aquelas que ganham o tempo todo novos itens, enquanto as chamadas classes fechadas também admitem a formação de novos itens, porém de forma mais lenta (Ilari, 2015). As classes fechadas, portanto, constituem o ponto de interesse para a análise do texto desenvolvida neste estudo. Na perspectiva do autor, as palavras de classe fechada “funcionam como ‘instrumentos gramaticais’, isto é, como utensílios que estruturam as sentenças da língua” (Ilari, 2015, p. 9). Tais palavras podem ser agrupadas com base em características distribucionais e semânticas, dentre outras.

Essa abordagem remete à perspectiva multissistêmica de Castilho (2016), segundo a qual o estudo das classes de palavras corresponde a “pensar em diferentes modos de articular informações de vários tipos” (Ilari, 2015, p. 10), o que configura o seguinte paradoxo:

Por um lado, dividir as palavras em classe é necessário, e é uma operação que fazemos o tempo todo ao construir e interpretar sentenças; por outro lado, qualquer classificação adotada será sempre um instrumento grosseiro para entender o funcionamento da língua, e precisará necessariamente ser completada por subclassificações (ou subcategorizações) bastante minuciosas [...] (Ilari, 2015, p. 12).

A partir dessa necessidade de subdivisão das classes de palavras, a *Gramática do*

português culto falado no Brasil sugere as seguintes classes fechadas de palavras: os pronomes, os especificadores, as preposições e as conjunções. O artigo *os* e o quantificador *todos* são o foco principal das análises aqui propostas. Ambos pertencem ao grupo dos especificadores que, além de ocuparem posições específicas na estrutura da sentença, sendo o artigo de posição fixa e o quantificador, flexível, também desempenham funções semânticas. Por isso, buscou-se compreender sua distribuição e seu sentido na sentença analisada na próxima seção.

Análise da função sintática e da interpretação semântica dos especificadores *todos* e *os*

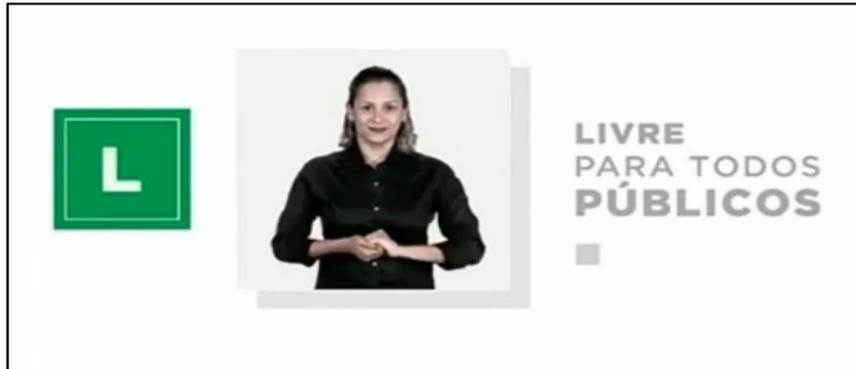
A compreensão exata de tarjas e vinhetas televisivas é de extrema importância para garantir a efetividade da comunicação e evitar mal-entendidos. Essas mensagens têm o propósito de informar e orientar o público, particularmente os pais e responsáveis, sobre a adequação do conteúdo transmitido a diferentes faixas etárias. No contexto da televisão, as advertências como *Livre para Todos os Públicos*, *Não Recomendado para Menores de 12 Anos* ou *Conteúdo para Adultos* são elaboradas para proteger as crianças de materiais potencialmente prejudiciais ou inadequados.

A construção sintática e semântica dessas mensagens deve ser precisa e clara, de modo que o público-alvo, que pode incluir pessoas com diferentes níveis de escolaridade e familiaridade com a linguagem técnica, possa compreender rapidamente o conteúdo e as recomendações transmitidas. De acordo com Bakhtin (2003), a linguagem é um instrumento de comunicação social, e seu uso deve ser adequado ao contexto e ao público, para que a mensagem seja efetivamente recebida e interpretada da maneira desejada. No caso das tarjas televisivas, elas devem ser construídas de maneira que seu significado não seja ambíguo. Caso contrário, há o risco de que as pessoas possam entender erroneamente que o conteúdo é adequado para todas as idades, quando, na verdade, ele pode ter elementos que não são apropriados para crianças. Isso reflete a necessidade de um processo de semântica funcional, como destaca Charaudeau (2006), a clareza e a precisão linguística são fundamentais para que o enunciado cumpra seu papel de forma eficaz, evitando distorções de significado que poderiam levar a interpretações equivocadas.

Além disso, a simplicidade e a objetividade são elementos cruciais. Uma construção linguística como *Conteúdo não recomendado para menores de 12 anos* deve ser construída de forma direta, utilizando uma estrutura sintática clara e acessível, para que qualquer pessoa possa interpretá-la sem dificuldades. A escolha de palavras deve ser cuidadosa, pois uma expressão inadequada pode gerar dúvidas ou até mesmo interpretações equivocadas sobre a natureza do conteúdo. Para Lima (2017), uma comunicação eficiente exige que o enunciado esteja livre de duplicidade de sentido, especialmente quando se trata de advertências relacionadas à segurança e bem-estar do público, como é o caso da proteção infantil na mídia. Além disso, o uso de quantificadores indefinidos, embora importantes para expressar a abrangência de uma advertência, devem ser usados com precisão para não comprometer a clareza da comunicação.

Castilho (2015, p. 147) afirma que os quantificadores indefinidos “indicam a porção de um conjunto à qual queremos nos referir”. Esse conjunto pode ser classificado como “conjunto global [em que] o quantificador especifica a totalidade dos elementos que compõem o conjunto” (Castilho, 2016, p. 509, grifo do autor). Nessa especificidade, no entanto, é esboçada alguma informação de quantidade designada pelo nome a que se refere, ainda que expressa em termos de indefinidade. Diante disso, apresenta-se o objeto deste estudo, conforme expresso na Figura 2:

Figura 2 . Recorte da vinheta de classificação livre da TV Cultura, 2022



Fonte: TV CULTURA

Na Figura 2, constata-se que o vocábulo *todos* não indica uma determinada porção do conjunto expresso por *públicos*, mas sua totalidade ou, dito de outra forma, a totalidade dos indivíduos que compõem o referido conjunto. Em relação ao aspecto de indefinidade, nota-se a expressão de uma quantidade indeterminada dos elementos que compõem o grupo a que *todos* especifica. Diante da configuração da propriedade de quantificação indefinida do especificador no texto analisado, apresenta-se a investigação de sua propriedade sintática a respeito de seu funcionamento, com ênfase em sua distribuição na estrutura sintagmática, uma vez que quantificadores indefinidos podem atuar como núcleo ou como especificadores de um núcleo do sintagma nominal. Para isso, expõe-se a distribuição do quantificador indefinido na estrutura sintagmática da construção linguística em análise, conforme ilustrado no Quadro 1:

Quadro 1- Distribuição do quantificador indefinido na estrutura sintagmática do texto objeto

Estrutura sintagmática	Sintagma Adjetival	Sintagma Preposicional	Sintagma Nominal	
Construção linguística	Livre	para	todos	públicos
Função no sintagma nominal			ESPECIFICADOR	NÚCLEO

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se no Quadro 1, que o quantificador indefinido *todos* está posicionado à margem esquerda do sintagma nominal e funciona como especificador de seu núcleo, o substantivo *públicos*. Desse modo, é possível identificar, à margem esquerda do sintagma nominal, a propriedade de restrição da referência do seu substantivo-núcleo, expressa por *todos* como especificador. Posto isso, conclui-se que *todos* é portador da seguinte propriedade sintática: na estrutura sintagmática, está distribuído à margem esquerda do núcleo, ou seja, em posição pré-nominal, funcionando como especificador do substantivo *públicos*.

No entanto, há outro aspecto a ser considerado quanto às propriedades sintáticas desse especificador quantificador indefinido: a possibilidade de combinar-se com outros especificadores na sentença. Conforme explica Castilho (2016), essa construção organizada a partir de um sintagma nominal não selecionado por um verbo em forma pessoal.

Quanto à sintaxe do artigo definido, Braga et al. (2015, p. 106) a consideram algo extremamente simples, pois “ele ocorre sempre à esquerda de algum substantivo, na porção ocupada pelos especificadores” e ainda “representa o referente do sintagma nominal no qual ocorre como *identificável pelo interlocutor*” (Braga et al., 2015, p. 114, grifos dos autores). Isso corrobora o fato de que “o ‘artigo definido’ serve para determinar um nome cujo referente se pressupõe dado

ou conhecido pelo interlocutor [...] ou que já tenha sido mencionado ou referido no contexto do discurso” (Azeredo, 2000, p. 55), expressando, assim, sua caracterização de definição.

Consideram-se, então, três postulações de autores diferentes acerca da relação de coadunação entre os especificadores quantificador indefinido e artigo definido no sintagma nominal:

(1) “No plural, *todos, todas*, antepostos ou pospostos, exige sempre a presença do artigo, desde que o substantivo não esteja precedido de adjunto que o exclua” (Bechara, 2015, p. 205, grifo do autor).

(2) “**todo** [...] (posposto ou anteposto) concorda com o substantivo que acompanha, haja artigo, ou não, junto do substantivo e seja qual for a posição ocupada. [...] No caso do plural, sempre ocorre artigo (ou outro determinante) com o substantivo” (Neves, 2012, p. 753, grifo da autora).¹

(3) “No plural, anteposto ou posposto ao substantivo, *todos* vem acompanhado de artigo, a menos que haja um determinante que o exclua” (Cunha; Cintra, 2017, p. 244).

O que essas teorizações têm em comum é o fato de afirmarem que o quantificador *todos* “rege” o uso do artigo definido na posição pré-nominal da estrutura sintagmática. Considerou-se, também, a única exceção explícita nos três postulados.

Em (1), o autor usa o termo *adjunto*, enquanto em (2) e (3), os autores utilizam o termo *determinante* para designar o elemento que, estando presente no sintagma nominal na posição anteposta ao núcleo, configura-se como a única e exclusiva possibilidade de justificar a ausência do artigo nessa estrutura sintagmática. No entanto, não é isso que se observa na estrutura do texto analisado, pois entre o especificador *todos* e o núcleo *públicos* do sintagma nominal não há nenhuma outra palavra que exerça a função de especificador (adjunto ou determinante) na construção linguística. Portanto, nem a regra nem sua exceção são suficientes para explicar o uso do quantificador anteposto ao substantivo sem a presença do artigo na expressão, sendo este empregado, nesse caso, como variação livre.

Diante disso, recorreu-se a outros três postulados:

(4) “O artigo definido pode intercalar-se entre o quantificador *todo, toda, todos, todas* e o substantivo que especifica. [...] às vezes, o substantivo se justapõe diretamente ao quantificador, dispensando o artigo” (Braga et al., p. 107, grifos dos autores).

(5) “Do ponto de vista sintático, é indiferente a presença ou a ausência do artigo. Na maior parte dos casos, os sintagmas nominais sem artigo são gramaticalmente aceitáveis” (Castilho, 2016, p. 491).

(6) “[*todos*] ocorre antes do determinante *os*. Há uma forte tendência a omitir o determinante [*os*] dessa sequência” (Perini, 2016, p. 364).

A partir do exposto em (4), (5) e (6), pode-se inferir que há, sim, uma flexibilização quanto à presença ou ausência do artigo definido na composição de um sintagma nominal cuja estrutura possui o quantificador funcionando como especificador do núcleo. Ainda assim, as expressões às vezes (4), *na maior parte dos casos* (5) e *uma forte tendência* (6) são indícios de que a flexibilização de uso, por si só, não é suficiente para responder aos questionamentos levantados até aqui.

Por isso, em primeiro lugar, observa-se o que diz Braga et al. (2015, p. 111), “os casos de ausência do artigo que mais interessa considerar são aqueles em que ela comuta com sua presença, ou é favorecida por certas condições sintáticas”. Esse parece ser o caso do texto objeto, pois, em sua forma mais usual o artigo se faz presente, restando investigar quais seriam as condições sintáticas favoráveis à sua ausência (ou omissão). Essa investigação deve conduzir a uma possível resposta ao questionamento (i), levantado na introdução do estudo.

Em segundo lugar, a ausência do artigo pode ocorrer nos substantivos especificados por quantificador indefinido (Castilho, 2016, p. 492). Constata-se que *todos* exerce essa função de especificar o substantivo *públicos*, embora sob o aspecto da indefinição. E isso deve, de fato, justificar a ausência do artigo no texto objeto, em termos sintáticos, pois o quantificador exerce a mesma função sintática que o artigo exerceria se estivesse presente na construção linguística. Por

¹ Importante destacar que o postulado aqui pela autora corresponde a uma descrição de uso da língua, ou seja, informa exatamente como esta forma está sendo usada pelos falantes do português brasileiro, a partir de suas pesquisas efetuadas na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Araraquara. Portanto, uma paráfrase possível e esclarecedora neste ponto seria: No caso do plural, os falantes estão sempre usando artigo com o substantivo.

isso, fica confirmada a correção gramatical e a aceitabilidade da estrutura do texto objeto, o que configuraria um amalgamento sintático, conforme propõem Braga et al. (2015) e Castilho (2016) — ainda que esses autores não cite taxionomicamente o amalgamento nessas discussões, mas o descrevem de forma perifrástica.

Há, ainda, outro aspecto, expresso na pergunta (ii), exposta na introdução, que necessita de esclarecimento: no contexto da sentença que constitui o texto objeto desta pesquisa, a exclusão ou omissão do artigo permite uma interpretação diferente?

As propriedades semânticas de *todos* já foram exploradas e obteve-se clareza quanto a determinação de sua propriedade de quantificação indefinida. A isso, acrescenta-se, ainda, a informação de que esse especificador é também portador das propriedades semânticas de quantificação universal, de traço definidor /±HUMANO/ e de polaridade afirmativa na sentença. A partir disso, pode-se prosseguir com o exercício de contrastar os valores semânticos da ausência do artigo definido com a semântica do quantificador indefinido no sintagma nominal do texto objeto. Veja, então, algumas propriedades semânticas dos especificadores no Quadro 2:

Quadro 2. Semântica dos especificadores

PROPRIEDADE SEMÂNTICA	QUANTIFICADOR	ARTIGO
Descrição definida ou indefinida	x	x
Quantificação	x	
Identificabilidade		x

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao contrastar, no Quadro 2, as propriedades semânticas do quantificador e do artigo, observa-se que:

(i) em (a) ambos os especificadores restringem a referência do sintagma nominal, porém, o quantificador com descrição indefinida e o artigo, com descrição definida;

(ii) a quantificação em (b) é marcada somente pelo quantificador, que especifica a totalidade dos elementos do conjunto expresso pelo substantivo;

(iii) em (c), apenas o artigo apresenta a propriedade semântica de assinalar que o referente expresso pelo substantivo é identificável.

A partir desses dados, deduz-se que não houve alteração na interpretação semântica decorrente da exclusão do artigo na sentença linguística em análise, considerando que as propriedades semânticas de determinação indefinida e quantificação universal, expressas por *todos*, permanecem no escopo da significação do sintagma nominal. A função semântica referencial exercida pela propriedade de identificação do artigo plural, embora ausente, permanece, em certo grau, estendida a *todos* e a *públicos*, em função de seu amalgamento com *os*, em que o plural dos constituintes do sintagma traz implícito esse especificador artigo, e o interlocutor assume que o ouvinte seja capaz de identificá-lo, dada a presença do especificador quantificador.

Além disso, a noção de identificabilidade, apesar de ser a melhor explicação para a semântica dos artigos definidos e um denominador comum para todos seus usos, suscita problemas como prototipar o uso referencial do artigo definido (Braga et al., 2015, p. 115), destacando a natureza dêitica e o papel anafórico desse especificador também apontado em Azeredo (2000). Estas duas categorias semânticas (dêixis e foricidade) dependem da situação discursiva e, conseqüentemente, exigiriam uma análise voltada para uma interface diferente daquela adotada para este estudo.

Após proceder com as análises da sintaxe e da semântica dos especificadores envolvidos no sintagma nominal da construção linguística *Livre para todos públicos*, verifica-se que a sua estrutura é sintaticamente aceitável e semanticamente compreensível.

Considerações finais

Com base nos resultados apresentados, ficam assim respondidos os questionamentos expostos na introdução: a ausência do artigo após o quantificador é justificável em termos sintáticos? Sim. Em termos sintáticos, a ausência do artigo não compromete a construção da estrutura sintagmática da sentença linguística analisada, porque a função que seria desempenhada por *os* no sintagma nominal não concorre com *todos*, tendo em vista que esta palavra também exercer a função de especificador do substantivo *públicos*, que funciona como núcleo do sintagma nominal.

Além disso, a localização do quantificador à margem esquerda do sintagma nominal e anteposto ao núcleo favorece a ausência do artigo, uma vez que esta seria sua única posição possível dentro da estrutura. Destarte, não há incorreção gramatical na expressão veiculada em meio televisivo, como se supunha à primeira vista, por causa da omissão do artigo definido *os*. E, em termos semânticos, relacionados à segunda questão: a exclusão do artigo em sua estrutura provoca mudança de sentido da construção linguística? Constatou-se que a ausência do artigo *os* não acarreta mudança de sentido na expressão, pois sua principal propriedade semântica – identificabilidade – fica pressuposta por meio da expressão de totalidade dos elementos contidos em *todos* e em *públicos*, trazida pelo espriamento do traço quantificador indefinido para a estrutura sintagmática.

Com isso, considera-se que o objetivo do estudo foi alcançado. Contudo, não se pode deixar de recordar que “quando faz uso da língua, o falante não só aplica as regras estruturais dessa língua para obter sentenças bem formadas, como também observa normas de adequação definidas em sua cultura” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 39). Isso faz ponderar que, apesar de bem formada e fazer sentido, a expressão *Livre para todos públicos* (sem o artigo *os*) não é a forma mais usual entre os falantes do português brasileiro. Basta lembrar que Neves (2012) esclarece essa questão, pontuando que o artigo definido sempre figura entre o quantificador indefinido *todos* e o substantivo-núcleo do sintagma nominal em situações reais de uso.

Ademais, ressalta-se que as investigações acerca do uso concomitante do quantificador com o artigo definido não se encerram, na perspectiva multissistêmica, na interface sintaxe-semântica. Há muitas outras possibilidades de análises que podem apresentar resultados variados, a depender do ponto-de-vista adotado pelo pesquisador, como: morfossintaxe e semântica para estudos de variação e estrutura ou fonética sintática e discurso, para estudos de uso da crase e pronúncia, por exemplo.

Espera-se que esta reflexão acerca deste fato da língua possa contribuir não apenas para o esclarecimento de diferentes e aceitáveis formas de uso do português brasileiro divulgadas nos meios de comunicação social, como a televisão, mas também para despertar a curiosidade de outros pesquisadores ávidos por elucidar possíveis problemas linguísticos que estejam presentes no cotidiano e que, na maioria das vezes, passam despercebidos.

Referências

- AZEREDO, José Carlos de. A estrutura sintagmática do português. In: AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BAKHTIN, Mikhaíl Mikháilovitch. **A obra de discurso e a vida cotidiana**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2003.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRAGA, Maria Luiza; ILARI, Rodolfo; OLIVEIRA, Roberta Pires de; BASSO, Renato Miguel. Artigo definido. *In: ILARI, Rodolfo (Org.). Gramática do português culto falado no Brasil: palavras de classe fechada.* São Paulo: Contexto, 2015. p. 105-128.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa.** 30. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Gramática do português brasileiro: fundamentos, perspectivas. **Cadernos de linguística**, Campinas, v. 2, n. 1, 2021, p. 1-17. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/252>. Acesso em: 18 jan 2025.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro.** 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro.** 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. As letras no ensino e na pesquisa. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, 2007, p. 5-21. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25204>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CASTILHO, Célia Moraes de. Quantificadores indefinidos. *In: ILARI, Rodolfo (Org.). Gramática do português culto falado no Brasil: palavras de classe fechada.* São Paulo: Contexto, 2015. p. 147-162.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso da mídia.** São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Artigo. *In: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo.* 7. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. A questão gramatical e o ensino do português. *In: FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós.* São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ILARI, Rodolfo. Introdução. *In: ILARI, Rodolfo (Org.). Gramática do português culto falado no Brasil: palavras de classe fechada.* São Paulo: Contexto, 2015. p. 7-12.

LIMA, Luciana Silva. **Comunicação e mídia: a proteção infantil na TV.** São Paulo: Editora Atual, 2017.

NEVES, Maria Helena de Moura. Funcionalismo e interação verbal. *In: NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática funcional: interação, discurso e texto.* São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Guia de uso do português: confrontando regras e usos.** 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática.** São Paulo: Contexto, 2006.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português brasileiro.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SILVA, Luiz Antônio da. Projeto NURC: histórico. **Linha D'Água.** São Paulo, n. 10, 1996, p. 83-90. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37169>. Acesso em: 18 jan. 2025.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TV CULTURA: classificação indicativa “livre” #05 2022 atual - TV Cultura (2022). [S.L.: s.d.]. 1 vídeo (10 seg). Publicado pelo Canal das Variados. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1bF6rHG8c9M>. Acesso em: 02 jan. 2025.

Recebido em 30 de janeiro de 2025

Aceito em 15 de julho de 2025